

CONFERÊNCIA

Os Profissionais da Educação diante dos desafios de
produzir e socializar conhecimentos¹

Anselmo Alencar Colares²

Inicialmente, agradeço o convite que me foi formulado para desenvolver esta conferência na solenidade de lançamento da Revista *EXITUS*, periódico vinculado ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

É uma honra realizar esta tarefa, na condição de egresso da Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição que deu origem a esta primeira universidade pública federal instalada no interior da Amazônia. Um desafio que aceitei como um estudioso do tema e pela convicção de que estamos presenciando a concretização de um sonho e o início de muitos outros, tendo em vista que a *Exitus* se propõe a incentivar o debate e propiciar a divulgação de produções científicas na área da educação.

Como nos ensina o professor Dermeval Saviani (2003, p. 1), a educação significa para o ser humano a condição de continuidade da espécie, uma vez que, diferente de outros seres vivos, não nos limitamos a uma mera adaptação à natureza, mas, ao contrário, a modificamos para que ela possa atender às nossas necessidades. E este processo exige aprendizagem, implicando, de um lado, o descarte de experiências desastrosas e, por um lado, a continuidade, com aperfeiçoamento, das situações de êxito, por intermédio do processo educativo. Daí a relevância da institucionalização da educação por meio da escola e dos mecanismos que foram criados e aperfeiçoados para a produção e a difusão de conhecimentos. Atos intrinsecamente ligados à docência.

-
1. Conferência proferida em 26.09.2011, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).
 2. Doutor em Educação/UNICAMP. Professor Associado/UFOPA. Integrante do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas – HISTEDBR. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Aprender, em termos educacionais, é um verbo que não pode ser empregado sem o auxílio de outros dois: ensinar e pesquisar. Aprende-se pela pesquisa, pela busca do saber, e, neste processo, se constrói novos conhecimentos. Na condição de docente, quando ensinamos algo, transmitimos parte de nossas aprendizagens, de nossas experiências, de nossos saberes. Mas há um momento em que temos que parar e deixar que o aprendiz revele a aprendizagem de forma autônoma, independente, que saia do “ninho” para alçar seu voo e consiga deslumbrar-se com a paisagem em seu redor, exercitando a visão, sob diferentes ângulos. Considero que não existe educação, no sentido pleno do termo, se não houver este momento propiciador da “viagem solo” (mais ou menos como existe entre os pássaros). E isto exige pesquisa, esforço pessoal, busca incessante para que ocorra a apropriação dos conhecimentos, historicamente acumulados e que estão disponíveis para a humanidade.

Destaquei três verbos: Aprender; Ensinar, Pesquisar. Destes, vou me deter mais no terceiro, uma vez que a pesquisa é o elemento central para a produção e a socialização do conhecimento. Aprendizagem exige pesquisa, esforço pessoal, curiosidade, determinação, atributos que também são importantes e necessários para que se possa ensinar. Dai porque estou considerando a pesquisa como requisito indispensável na formação e no desenvolvimento profissional do docente.

Considerando que estou me dirigindo a um público formado por docentes pesquisadores e também por estudantes, futuros pesquisadores e, quem sabe, também docentes, chamo a atenção para três dilemas que estão presentes em três diferentes momentos do processo que envolve este ato, quais sejam: a definição do problema (e elaboração do projeto), a execução (aplicação da metodologia) e a divulgação (principalmente em termos de publicação em periódicos especializados). Destes três dilemas, vou me concentrar no último, considerando que o meio de comunicação acadêmica por excelência é o texto escrito. Como afirma Larossa (2004, p. 15) “O que dizem as palavras não dura. Duras as palavras. Porque as palavras são sempre as mesmas e o que dizem não é nunca o mesmo”. O referido autor observa ainda que:

A oralidade é o lugar da fugacidade da palavra: a palavra que se ouve é a palavra perdida que nunca voltará, a que chegou e se foi e a que, sem se poder evitar, se perde. Ao

escutar existe algo que sempre fica para trás, e é impossível ir para trás para recuperá-lo. [...] (p. 41).

A oralidade tem grande importância e valor. Mas o que é escrito tem permanência e pode gerar impactos mesmo aos que não estejam próximos, tanto no tempo quanto no espaço físico. A escrita tornou possível a transmissão dos conhecimentos que foram produzidos ao longo da história.

Quando realizamos uma pesquisa, estamos produzindo conhecimento. E se estamos na condição de profissionais de educação, desejamos socializar os resultados. Isto ocorre, geralmente, em nossas aulas, mas não de forma suficiente e eficiente. Se quisermos dar um alcance maior às descobertas faz-se necessário publicar os resultados da pesquisa. E isto exige a tomada de decisões que não são simples. Envolve a escolha do meio para fazer a divulgação, assim como o conteúdo a ser oferecido em função do público ao qual se destina o veículo escolhido. Nesse sentido, algumas vezes, dependendo da área, o livro é mais impactante, outras vezes, a revista. Enquanto tendência, a revista apresenta-se como a mais promissora das formas. Ela tem características que a colocam nesta posição, por ter regularidade, abrigar maior variedade e pluralidade de pensamentos. Em termos de pós-graduação no Brasil, o tipo de publicação que tem mais peso na avaliação dos programas são os artigos em revistas científicas qualificadas.

Comunicar dos resultados de uma pesquisa situa-se no coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares (MEADOWS, 1999, p. vii). A revista *Exitus* soma-se ao esforço empreendido por outros veículos similares a ela e que possibilitam aos pesquisadores a socialização de conhecimentos cientificamente produzidos.

Os primeiros periódicos científicos datam do Século XVII (Royal Society em Londres, 1662; Journal de Sçavans, França, 1665; Philosophical Transactions, Londres, 1665). Na atualidade, além dos periódicos impressos, podemos contar com as inovações trazidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), cuja média de leituras (7,03) é 2,6 vezes maior que a dos formatos tradicionais (2,74).

Por outro lado, para os pesquisadores, cada vez mais se impõe uma regra: publicar, ou perecer. A ela podemos associar outras frases de impacto: Quem não pesquisa não escreve. Quem não escreve não submete a uma revista. Quem não submete não pode ser aceito e nunca será publicado. Quem não é publicado permanece anônimo. Por conseguinte, perece, sob o ponto de vista da socialização do conhecimento produzido. Publicar torna-se um imperativo profissional para um docente que concebe a educação como atividade que ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos.

Todavia, a questão central não é somente publicar. Embora seja importante atingir os indicadores que hoje são cobrados, o essencial é publicar melhor. Neste sentido, vale publicar em veículos que sigam as normas que garantam sua credibilidade perante a comunidade acadêmica e científica. Para tal, um dos itens essenciais é a existência de um Conselho Editorial constituído por especialistas na área de abrangência do periódico³. Outros critérios devem ser seguidos, caso a revista pretenda alcançar o grau de excelência que lhe assegure a certificação *Qualis* e a indexação em bases conceituadas⁴.

Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o *Qualis* afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, a qualidade dos periódicos científicos. A classificação dos periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por uma

3. O Conselho Editorial tem por função a análise de conteúdo e forma dos originais submetidos para publicação (MAGALHÃES; HOUAISS; SILVA, 1970).

4. No Brasil, a tendência é a vinculação das revistas mais bem conceituadas ao sistema Scielo (Scientific Electronic Library Online – <http://scielo.br>) que é de livre acesso. Os textos integrais de todos os artigos e demais textos de todos os números das revistas incluídas no Scielo estão disponíveis para download. Por intermédio do Portal da Capes, é possível encontrar os periódicos qualificados. O endereço eletrônico é: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>.

atualização anual. Os veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade com a utilização das letras A, B, e C. Para cada uma destas letras, existem variações numéricas (1, 2, ...). O A1 é o mais elevado; o C tem peso zero para efeito de pós-graduação. Mas é importante para composição de currículo de docentes que ainda não estejam atuando em cursos *stricto sensu*. Importa ainda registrar que, um mesmo periódico, pode ser classificado em duas ou mais áreas distintas, nas quais recebe conceitos diferentes. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado.⁵

Neste momento em que a *Revista Exitus* está sendo oficialmente lançada, com o apoio institucional e a enorme disposição de seus integrantes em torná-la referência na área educacional, não posso deixar de apresentar um quadro nada animador com relação ao ranking atual, onde vemos que as regiões Norte e Nordeste ainda não conseguiram ter um periódico classificado como Qualis A, e nem mesmo como Qualis B1. Vejamos os dados:

Revistas Qualis A e B em Educação. Comparativo Brasil e Regiões Norte/Nordeste

NORTE/NORDESTE	BRASIL
	52 A1
	78 A2
2 B1 1,7%	119 B1
	123 B2
4 B3 2,3%	169 B3
2 B4 1,7%	204 B4
5 B5 1,5%	325 B5
5 Não classificados	

Fonte: Quadro construído a partir de dados obtidos no portal da CAPES (www.capes.gov.br).

5. O aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos é o WebQualis. Endereço eletrônico: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaPeriodicos.faces>

Os números acima expostos revelam o tamanho do desafio que se coloca para a Revista Exitus e outras que estão vinculadas às instituições localizadas nas regiões Norte e Nordeste, onde a melhor classificação é B1. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento e o atendimento das regras exigidas para que o periódico seja bem avaliado e reconhecido pela comunidade científica.

Conquistar a indexação é o resultado do processo de qualificação do periódico (os principais indexadores da área podem ser visualizados no Site da Associação Brasileira de Editores Científicos: <http://www.abecbrasil.org.br/>). No caso da base scielo, vejamos os principais critérios de avaliação:

- Caráter científico (com uma linha editorial expressa)
- Arbitragem por pares
- Conselho editorial (divulgados explicitamente, juntamente com as atribuições)
- Periodicidade (pode ser anual, semestral ..., mas tem que ser regular)
- Duração
- Pontualidade
- Resumos, palavras-chave e título em inglês
- Normalização
- Citações recebidas

É comum que as revistas de renome tenham seções distintas: artigos de pesquisa propriamente ditos; notas sobre pesquisa em andamento; ensaios de revisão de literatura; resenhas; notas metodológicas; descrições de novas fontes; entrevistas com cientistas renomados; resumos de teses e dissertações; notícias de interesse profissional; documentos; etc. Todavia, os artigos que relatam resultados de pesquisas são sempre a parte nobre dos bons periódicos.

Os artigos devem contemplar as seguintes características, conforme apontam Bursztyn, Drumond e Nascimento (2010: p. 31 a 46):

- Foco em um único problema ou em poucos problemas interligados (evitar discussões genéricas ou abordar demasiados pontos ou assuntos. Ter presente desde o início do texto, o que pretende demonstrar ao leitor, e todos os argumentos e citações devem estar em função desse objetivo);
- Linguagem técnica, destinada a iniciados e especialistas (sem deixar de escrever de forma clara, mas não deixando de considerar que cada área tem os seus termos específicos); por isso mesmo, o artigo deve se adequar à linha temática da revista para a qual foi encaminhado;
- Diálogo com a literatura pertinente mais recente (as revistas buscam ser um fórum de debate entre os autores mais influentes ou mais produtivos. Por esta razão, os clássicos são sempre importantes, mas é bom considerar também as discussões correntes, inclusive os publicados na própria revista escolhida. É preciso fazer a distinção entre autores originais, que criam conceitos e teorias ou abordam de maneira original determinados temas ou problemas, e os autores divulgadores, que apenas repercutem as descobertas de outros. Esses têm um papel importante na disseminação dos resultados das pesquisas, na popularização da ciência, mas não constituem referência para a produção de novos conhecimentos);
- Concisão e clareza na comunicação dos resultados da pesquisa (poucas revistas aceitam artigos com mais de 8 mil palavras – incluindo texto, referências, anexos, notas, títulos, etc). A contagem, sendo por palavras, não leva em conta o tipo e o tamanho da fonte, espaçamento, etc.;
- Explicitação das teorias e metodologias, das fontes e dos conceitos (permite que o avaliador reconheça que, de fato, o artigo resultou de uma pesquisa que foi conduzida com os critérios científicos da formulação de problemas e adoção de procedimentos metodológicos). Artigos sem resultados podem até se encaixar no gênero revisão de literatura, ensaio ou texto de opinião, mas não como um artigo de pesquisa;

Além das características apontadas, é importante atentar para determinados cuidados no processo de elaboração do artigo, tais como:

- ✓ Evite generalidades, mas não poupe a utilização de dados demonstrativos de suas análises. Atente para não deixar no texto, afirmações sem sentido;
- ✓ Busque sempre usar como fontes e referências as maiores autoridades no assunto, e que são pertinentes com o seu texto;
- ✓ O resumo, a introdução e a conclusão, por conterem as informações centrais, são importantíssimos para que seu texto seja aceito para publicação. No resumo deve constar o problema, o objeto, a forma como a pesquisa foi conduzida, as principais ideias discutidas, os achados e as conclusões mais relevantes. Na introdução, é importante um parágrafo de efeito, situando o problema estudado, a exposição das ideias principais a serem discutidas e os autores que abordam o assunto. Depois, uma breve descrição do artigo, situando o leitor quanto aos procedimentos metodológicos e a sistemática que adotou para expor os resultados, os quais devem ser brevemente anunciados. A conclusão não deve trazer dados novos, não discutidos ao longo do texto. Mas tão somente as análises que foram desenvolvidas a partir dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa;
- ✓ O título deve ser curto e instigante, capaz de despertar a curiosidade do leitor, dando uma clara ideia sobre o conteúdo do texto.

Quando o artigo é submetido a uma revista, este passa por um processo de avaliação que normalmente implica na análise do mérito pelo Conselho Editorial, após análise do conteúdo e da forma por pareceristas *ad hoc*, através do sistema blind review (avaliação anônima). Geralmente as Normas de Submissão do periódico já pedem que os trabalhos não sejam identificados.

Considerando que o artigo, ou qualquer outro tipo de texto a ser enviado para uma revista especializada vai ser submetido a um ritual de análise, é importante que seja criada uma cultura favorecedora da produção qualificada. Isto implica no fomento das atividades que estimulem o registro e a sistematização das atividades que expressam a produção de conhecimentos e a submissão desses produtos, em forma de artigos, para as revistas especializadas. Nas instituições de ensino superior, por exemplo, os docentes costumam preparar suas aulas com

o suporte de informações obtidas a partir de um amplo levantamento (bibliográfico ou empírico) e na interação com os discentes. Estas informações, muitas vezes, sofrem modificações significativas, merecedoras de divulgação pelo que representam em termos de (re) elaboração de conhecimento. Isto porque, no processo dialógico da aula, o professor pode perceber os pontos mais relevantes, as lacunas e as situações que exigem melhor esclarecimento.

Com muita frequência, os professores cobram que seus alunos façam resenhas, comentários críticos de determinadas obras, ou mesmo pesquisas pontuais a respeito de determinados temas. Mas não existe o hábito de produção de sínteses a partir destas atividades, o que poderia ser um passo importante na construção de artigos nos quais abordassem o processo de aprendizagem presente no movimento de passagem de dados para informações e destas para o conhecimento. Em suma, lanço aqui o desafio de criarmos o hábito de registrar e sistematizar as diversas situações que se apresentam no ambiente da sala de aula e que constituem verdadeiras matérias primas para publicações. Citei o caso dos apontamentos para as aulas e dos “ensaios” de papers desenvolvidos pelos discentes, mas há uma variedade significativa de outras atividades que podem compor este rol, tais como os pareceres que emitimos para análise de projetos ou para a elucidação de dúvidas de natureza acadêmica ou funcional, que exigem fundamentação teórica e legal. Claro que nem tudo pode ser convertido em bons artigos, mas o que estou chamando a atenção é quanto à possibilidade que estas situações carregam, e que, sendo estimuladas e trabalhadas em coletivos, podem fortalecer a cultura da produção e da publicação. Para viabilizar esta proposta, apresento algumas sugestões:

- Que sejam constituídos grupos por afinidades temáticas, preferencialmente também com aproximações teórico-metodológicas;
- Realização de leituras sistemáticas, incluindo os textos publicados nos periódicos para os quais haja a pretensão de submeter os artigos;
- Ter humildade diante de uma possível recusa, ou para realizar os ajustes solicitados.

A produção e a socialização de conhecimentos são tarefas integradas, para as quais podemos fazer uma analogia com o seguinte ditado chinês: Para se percorrer um quilômetro é necessário percorrer antes um metro!

Nesse sentido, para quem deseja iniciar-se no mundo da pesquisa e ver os seus textos publicados, precisa desenvolver o hábito de ler os periódicos de sua área de interesse. Normalmente as revistas buscam ser um fórum de debate entre os autores. Os clássicos são sempre importantes, mas é bom considerar também as discussões correntes, inclusive os publicados na própria revista escolhida. É preciso fazer a distinção entre autores que criam conceitos e teorias ou abordam de maneira original determinados temas ou problemas, e os autores divulgadores, que apenas repercutem as descobertas de outros, de forma didática. Esses têm um papel importante na disseminação dos resultados das pesquisas e na popularização da ciência, mas isto não significa que sejam referências para a produção de novos conhecimentos.

Para finalizar esta conferência, sobre os desafios de produzir e socializar conhecimentos, vou abordar dois aspectos que não podem ficar ausentes desta discussão. Em primeiro lugar, a crescente pressão que está ocorrendo para que o profissional da educação publique, de forma constante e cada vez mais. E em segundo lugar, de certa forma associado ao primeiro aspecto, a necessidade da existência de regras claras que inibam a ocorrência de práticas questionáveis na busca de “produtividade”. Uma coisa é não publicar, outra é tornar esta atividade uma espécie de linha de montagem onde o produto final, massificado e visando atender a uma espécie de mercado, perca o componente da novidade e da profundidade, passando a ser repetitivo e superficial.

Quanto ao segundo aspecto, vale registrar neste texto o relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq⁶, o qual define um conjunto de diretrizes para promover a ética na publicação de pesquisas científicas e estabelece parâmetros para investigar eventuais condutas reprováveis. A comissão havia sido criada em maio de

6. O referido relatório foi divulgado posteriormente à Conferência, todavia, dado a sua relevância, inclui no texto para dar maior consistência aos aspectos que abordei. A íntegra do relatório está disponível em <<http://www.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2011/1017b.htm>> Acesso em 20.10.2011.

2011, após denúncia de fraude em publicações científicas envolvendo pesquisadores apoiados por aquela instituição de fomento.

As regras apresentam quatro condutas ilícitas: a falsificação, a fabricação de resultados, o plágio e o autoplágio (definido como a republicação de resultados científicos já divulgados como se fossem novos, sem informar a publicação prévia). Condena também a inclusão de pessoas como autores, que só tenham emprestado equipamentos ou verba, sem participação intelectual no artigo científico. Além de punições aos transgressores das normas, tais como a suspensão de financiamento e a devolução de recursos já recebidos, foram previstas também medidas preventivas, como o estímulo para a inclusão de disciplinas com conteúdo ético e de integridade de pesquisa nos cursos de graduação e pós-graduação.

O relatório apresenta um conjunto de 21 diretrizes a serem observadas, entre as quais, sempre dar crédito a todas as fontes que fundamentam diretamente seu trabalho, colocando entre aspas as citações *in verbis* de outro autor; ser fiel ao resumir texto de terceiro; caso utilize seus próprios textos e/ou trabalhos anteriores, deve assinalar, com as devidas referências e citações. O autor tem a responsabilidade ética de relatar evidências que contrariem seu ponto de vista, sempre que existirem.

Feitas estas considerações – incluídas especialmente para o texto ora publicado – retomo o teor da conferência, e encerro de forma similar a exposição oral, conclamando a todos os profissionais da educação para que façam uso da pesquisa (bibliográfica e empírica) como princípio pedagógico, estimulando e viabilizando a produção e a socialização do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa n. 38, de 12/12/2007. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID. Disponível em: http://www.educationet.com.br/intranet/arquivos/PORTARIA%20NORMATIVA%2038%20-%202007%20-%20PIBID_1426.pdf. Acesso em outubro de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no. 9394, de 20/12/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em outubro de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei 11.273, de 6/12/2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b110756561cd26fd03256ff500612662/d6cf21dbd54ac3440325710e003d7bd0?OpenDocument> Acesso: outubro de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto 6.094 de 24/04/2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em fevereiro de 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei 11.947, de 16/06/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em agosto de 2010.

LENOIR, Y.; HASNI, A. La interdisciplinaridade: por un matrimonio abierto de la razón, de la mano y del corazón. Revista Ibero-Americana de Educação, n.35, 2004, Disponível em <http://www.rieoei.org/rie35a09.htm>. Acesso em janeiro 2009.

MIZUKAMI, M. G. N.; REALI, A. M. M. R.; TANCREDI, R. M. S. P. Elementary Public School and University Partnership. Promoting and Analysing Professional Development Processes of School Teachers. In: SLATER, J. J.; RAVID, R. Collaboration in Education. New York: Routledge, 2010. p. 54-60.

PAVIANI, J. Interdisciplinaridade: concepções e distinções. Caxias do Sul: Educus, 2008.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração de saberes. Liinc em Revista, v.1, n.1, 2005, p.3-15. Disponível em <http://ibict.br/liinc>.

SENGE, P. M. A quinta disciplina. Arte e prática da organização que aprende. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.

TANCREDI, R. M. S. P.; REALI, A. M. M. R. Interação universidade, escola e famílias: caminhos para a formação de professores e políticas públicas. In: COLARES, M. L. I. S.; XIMENES-ROCHA, S. H. Aprendizagem da Docência: reflexões sobre os cursos de formação, a inserção profissional e as recentes pesquisas na área. Curitiba: CRV, 2009. p.15-28.

UFSCAR. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID. Parceria colaborativa entre Universidade e escola: contribuições para a formação de professores. Projeto institucional. São Carlos: UFSCar, 2011.